

Certo dia, intermediei um debate imaginário. De um lado estava um grupo de educadores tradicionais, para o qual a escola é um meio de adaptação à vida social; de outro, idealistas e inconformados, para quem a escola deve ser o ponto de partida para a reflexão sobre a vida social e a possibilidade de modificá-la.



José Carlos Rassier*

Educação e inquietação: dilemas reais

Os interlocutores encontravam-se em dois cenários distintos: o primeiro era uma escola tradicional, que exigia disciplina e fazia com que os professores aplicassem aos alunos conteúdos previamente definidos, sem espaço para reflexões críticas. O outro, uma escola cujo ambiente oferecia certa flexibilidade nos costumes, e os professores, antes de se preocuparem em repassar conteúdos, desejavam instigar a criticidade dos alunos.



A dicotomia entre a escola conservadora e a reflexiva serve como ponto de partida para um debate sobre perspectivas educacionais e pedagógicas. Creio que muitos estão de acordo com o fato de que a escola deve repassar conteúdos curriculares e que deve associá-los didaticamente com a realidade contemporânea, de forma crítica e responsável.

Podemos, por exemplo, nas aulas de ciências e de meio ambiente, mostrar a situação do esgoto na cidade e da rede de saneamento ou de abastecimento de água potável, a partir de conceitos e de dados reais e tangíveis. Podemos igualmente, nas aulas de geografia, quando tratamos do clima, apresentar dados sobre catástrofes, ocupações irregulares, omissão de autoridades, conluíus imobiliários e políticos.

Outro ponto que me pareceu claro é que a escola que inquietava a alma não é somente instigadora de aflições, mas se serve desse espírito acadêmico para contribuir com a formação crítica dos indivíduos, de tal sorte que eles aprendem a aprender, sem se constituir, no futuro, como cidadãos reféns da ignorância ou da esperteza cínica nas relações sociais.

Como mediador do debate, permitia-me interrompê-lo para aproximar certas posições, que serviam para revelar aspectos funcionais, operacionais e educacionais, demonstrando que a educação não pode ser vista como uma ilha isolada do continente da vida social. No final, estávamos de acordo em alguns aspectos e discordávamos em vários outros.

Até que alguém que chegou ao final do debate disse: “Este é o verdadeiro papel da educação: mostrar que uma realidade pode ser vista por distintos ângulos e pontos de vista, que a dúvida é a vertente que faz jorrar a ciência e que esta não pode se preocupar apenas com técnicas, desprovidas, em sua aplicação, de conceitos e princípios éticos.”

Sáimos da discussão, todos, de alguma forma, frustrados. Para os conservadores, a escola está falida, pois não consegue mais atender às expectativas dos alunos e mostrar a eles os valores da disciplina rígida. Para os reformistas, o desestímulo era visível: diziam, com certa resignação, que o sistema educacional não permite mudanças profundas, pois estas implicam modificar a própria sociedade em que vivemos.

Contrariando a afirmação de Luiz XV, na França pré-revolucionária, segundo a qual era necessário fazer algo para que tudo ficasse como estava - o que, felizmente, para a civilização e a democracia republicana, não se efetivou -, nosso animado debate mostrou que a escola atual desagrada a todos e que, assim sendo, torna-se imperioso fazer algo em prol do futuro.

Até que alguém, mais uma vez, com sagacidade, disse: “Estamos todos de acordo sobre a necessidade urgente de fazer algo; discordamos, entretanto, sobre como fazer e sobre que diretrizes deverão nortear essa ação pública.” Claro que, imediatamente, todos concordaram que educação deve ser resultado de política de Estado,

não de governo, e que é insano e desastroso para a sociedade que governos tentem manipular ideologicamente consciências.

Para pôr fim ao debate, lembrei Paulo Freire, que afirmava que a escola conservadora procurava acomodar os alunos ao mundo existente, enquanto o que importava em sua pedagogia era de fato inquietá-los. Todos, então, chegaram a uma conclusão óbvia: é preciso inquietar mais a sociedade e as autoridades que decidem sobre o futuro da educação e a educação do futuro. Afinal de contas, urge que se faça mais e melhor para que o futuro não seja mera repetição do passado. ■

*Sociólogo e mestre em Gestão Pública

www.portalegp.adm.br



Jose Manuel Gelpi